

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente



सत्यमेव जयते

SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail — Acresce o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE
BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

ORDER

GAD/74/62/2331

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Portaria

GAD/74/62/2331

(Tradução)

Whereas the Decree no. 43 899 dated the 6th September, 1961 has been promulgated with a view to improving the conditions of pay of the employees of the offices of the Notaries and Whereas no budgetary provisions have been made by the erstwhile Portuguese Government to meet the excess in expenditure that would be caused by the new scale of pay of the said employees, fixed by the said Decree and Whereas it is not possible for the Government at this juncture to burden the Treasury with such additional expenses.

Now Therefore, in exercise of the powers conferred by section 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962.

I hereby order that the Decree no. 43 899 dated the 6th September, 1961 be amended in the manner hereinunder provided.

1. The Cadre of the Notaries of Goa, Daman and Diu will be as follows:

Comarcas	Number of offices	Class of office	Number of notaries	Number of Assistants	Number of Clerks	Number of Typists
Ilhas	2	1st	2	2	2	2
Salcete	2	1st	2	2	2	3 (a)
Bardéz	1	1st	1	1	1	1
Bicholim	1	2nd	1	1	—	—
Quepem	1	2nd	1	1	—	—

(a) In the office of the Notary Public with a large volume of work there will be two typists.

2. The following articles of the said Decree no. 43 899 are altered in the following manner:

Art. 18 (1). The establishment expenses of the Notarial services including the house rent and furniture, supply of books shall be met by the Government.

(2) The expenses with the stationery, preservation of furniture, cleanliness and supply

Considerando que o Decreto n.º 43 899, de 6 de Setembro de 1961, foi promulgado com vista à melhoria dos vencimentos do pessoal dos cartórios notariais;

Atendendo a que a Administração Portuguesa cessante não fez nenhuma previsão orçamentária para satisfazer ao encargo adicional que resultaria da nova escala de vencimentos, fixada ao referido pessoal, pelo citado decreto;

Tendo em consideração, por último, que não convém ao Governo nas actuais circunstâncias onerar o Tesouro Público com esses encargos adicionais;

Usando das faculdades conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», determino que o Decreto n.º 43 899, de 6 de Setembro de 1961, seja alterado como segue:

1. O quadro dos cartórios notariais de Goa, Damão e Dio, será constituído da seguinte forma:

Comarcas	Número de cartórios	Classe de cartório	Número de notários	Número de ajudantes	Número de aspirantes	Número de dactilógrafos
Ilhas	2	1.ª	2	2	2	2
Salsete	2	1.ª	2	2	2	3 (a)
Bardés	1	1.ª	1	1	1	1
Bicholim	1	2.ª	1	1	—	—
Quepém	1	2.ª	1	1	—	—

(a) No cartório notarial de maior movimento trabalharão dois dactilógrafos.

2. Os artigos a seguir indicados do citado Decreto n.º 43 899, são alterados da seguinte maneira:

Art. 18.º (1) Os encargos da instalação dos serviços notariais, incluindo a renda de casa e mobiliário, e da aquisição de livros, serão satisfeitos pelo Governo.

(2) As despesas com a aquisição de expediente, conservação de mobiliário, limpeza e

of water shall be paid by the Notary concerned.

Art. 19 (2). The notaries shall be allowed to practise in courts of law.

Art. 38 (2). The Notaries of the 1st and 2nd class shall receive the «vencimentos de categoria», (Category pay) corresponding respectively to letters F and L and as «vencimentos de exercício» (active service pay) and «vencimento complementar» (complementary pay) they shall receive the emoluments mentioned in article 39 of the said Decree.

Art. 39 (1). The share of the notaries in the unliquidated monthly income by way of emoluments of their respective offices shall be fixed in the following manner.

a) For income upto Rs. 1000/-, 5%.

b) For income in excess of Rs. 1000/- the percentage shall be of 15% on the excess over Rs. 1000/- provided the total amount does not exceed Rs. 3000/-.

c) For income exceeding Rs. 3000/- the percentage shall be of 20% over the excess.

Art. 71 (1). The 1st and 2nd Assistants in the Notarial Offices shall receive pay corresponding respectively to letters N and S. In the Notarial Offices of the 2nd class they shall receive the pay of «aspirantes».

Art. 72 (1). All the pay including emoluments mentioned in article 39 and the emoluments for work done outside the office and mileage shall be liquidated and paid by the Fazenda according to the general rules prescribed for the payment of salaries.

Art. 82. The Conservators and Notaries shall prepare a balance sheet of the emoluments received and shall close the accounts of emoluments in the books of registration on the last day of the month and shall hand over the amount recovered to the Government Treasury on or before the 5th day of the month next to the month to which the income relates. They shall also mention the amount that is to be paid to the functionaries and other entities.

Art. 106 (1). The existing Notaries and their assistants may within 30 days from the date of coming into force of this order apply for pension being given to them.

(2) The services rendered prior to the coming into force of this order shall be taken into account provided the Notaries or their assistants hand over to the Government the amount required as per the provisions of clause (1) of article 438 of the «Estatuto do Funcionalismo Ultramarino».

Art. 111. The provisions of Article 107 shall be applicable to the assistant to the Notaries.

Art. 113 (1). The present staff recruited privately by a Notary to help him in the execution of his duties, shall be absorbed in the fresh set-up according to the duties performed by them respectively, by an order of the Lieutenant Governor independent of any other formality.

(2) Two senior-most writer-clerks (amanuenses) of the offices of each Notary shall be appointed as senior clerk and typists in the respective offices on the recommendation of the respective Notary.

(3) The rest of the writer-clerks, who could not be absorbed in the fresh set-up, shall have exclusive preference in filling up future vacancies of typists, independent of their respective

consumo de água, serão pagas pelo respectivo notário.

Art. 19.º (2) É permitido aos notários o exercício da advocacia.

Art. 38.º (2) Os notários de 1.ª e 2.ª classe, perceberão vencimentos de categoria correspondentes, respectivamente, às letras F e L, e, como vencimentos de exercício e complementar os emolumentos referidos no artigo 39.º do citado decreto.

Art. 39.º (1) A comparticipação dos notários no rendimento emolumentar ilíquido mensal dos respectivos cartórios, será determinada da seguinte maneira:

a) Rendimento até Rps. 1000/-, 5%.

b) Rendimento superior a Rps. 1000/-, a percentagem será de 15% sobre o excedente de Rps. 1000/-, desde que o montante total não exceda Rps. 3000/-.

c) Rendimento superior a Rps. 3000/- a percentagem será de 20% sobre a importância excedente.

Art. 71.º (1) Os primeiros e segundos-ajudantes dos cartórios notariais terão vencimentos correspondentes, respectivamente, às letras N e S. Nos cartórios de 2.ª classe, perceberão vencimentos correspondentes aos de aspirantes.

Art. 72.º (1) Todos os vencimentos, incluindo a participação emolumentar a que se refere o artigo 39.º e os devidos pela saída e caminho, serão liquidados e pagos pela Fazenda, segundo as normas gerais de pagamento de vencimento.

Art. 82.º Os conservadores e notários farão mensalmente o apuramento dos emolumentos arrecadados, devendo encerrar no último dia do mês a respectiva conta no livro de registo de emolumentos e entregar nos cofres da Fazenda Nacional a importância cobrada, até ao dia 5 do mês seguinte a que respeitarem as receitas, com a menção das importâncias a serem pagas aos funcionários e outras entidades.

Art. 106.º (1) Os actuais notários e seus ajudantes poderão, no prazo de 30 dias contados da data da entrada em vigor desta portaria, requerer que lhes seja garantido o direito à aposentação.

(2) Será levado em conta o tempo de serviço prestado anteriormente a entrada em vigor desta portaria, desde que os notários ou seus ajudantes paguem ao Estado a importância necessária nos termos do § único do artigo 438.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino.

Art. 111.º Aplica-se aos ajudantes dos notários o disposto no artigo 107.º

Art. 113.º (1) O pessoal actualmente existente, recrutado por qualquer notário, particularmente, para o auxiliar no desempenho das suas funções, transitará, para os novos quadros, respectivamente, de harmonia com as funções por ele desempenhadas, mediante despacho do Governador-tenente e independentemente de qualquer outra formalidade.

(2) Os dois amanuenses mais antigos de cada cartório serão providos, sob proposta do respectivo notário, nos lugares de aspirante e dactilógrafos do respectivo cartório.

(3) Os demais amanuenses que não puderem ser providos no novo quadro, terão preferência absoluta no futuro provimento das vagas de dactilógrafos, independentemente das suas habili-

educational qualifications and age limit, so long as at the date of the publication of this order they have completed two years of good and effective service and who appear for a typing test.

Art. 123. In Daman and at Sub-Divisions of Mormugão, Ponda and Diu the clerks of the Court (escrivães de Direito) shall execute the notarial duties according to the Law in force.

Art. 125 (1). The offices of the Notaries shall be situated at the same place where at present they are situated together with the furniture which is in the actual possession of the respective Notary Office.

(2) The Government shall acquire the said furniture for the reasonable price, within a period of seven years.

(3) During the said period of seven years, the notary offices shall not indent fresh furniture.

(4) The provisions of «Portaria» no. 18 714 dated 6th September 1951, relating to Notary-Public services are hereby repealed.

(5) The salaries of the Notaries and their staff at present employed, and also of those who reserve their right to the vacancies that might arise by virtue of no. 3 of Article 113 of the said Decree, shall be as laid down in the «Estatuto do Funcionalismo Ultramarino» read with the alterations effected by the Decree no. 42 325.

(6) The above arrangements and financial provisions are temporary and are subject to revision without notice.

(7) This order shall come into force with immediate effect.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 29th January, 1963.

Notification

DF-383-FYP-62/2709

In exercise of the powers conferred by section 3 clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Laws) Regulation 1962, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu, hereby appoints the 15th day of April 1963 as the date on which the provisions of the Indian Electricity Act 1910 shall come into force throughout the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 31st January, 1963.

ORDER

In exercise of the powers conferred upon me by clauses 2 and 3 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force within this territory, I hereby make the following order:

(1) The industrial tax payable in the calendar year 1963 on import and export activity referred to in item 82/87 of the Schedule appended to Diploma Legislativo no. 1770, dated 15th March, 1958, shall be levied quarterly on the actual value of imports and exports during the said year, according to the returns sent by Customs Department to Fazenda Branch of the District in which the importer or exporter has his residence.

tações literárias e limite de idade, desde que, à data da publicação desta portaria, tenham completado dois anos de bom e efectivo serviço e se submetam a uma prova prática de dactilografia.

Art. 123.º Em Damão e nos Julgados de Mormugão, Pondá e Dio, os escrivães de Direito desempenharão as funções notariais nos termos da legislação actualmente em vigor.

Art. 125.º (1) Os cartórios notariais funcionarão nos lugares onde actualmente se encontram instalados, com o mobiliário que ora possuem.

(2) O Estado irá adquirindo esse mobiliário pelo seu justo valor, dentro de um período de 7 anos.

(3) Durante o referido período de 7 anos os cartórios notariais não poderão requisitar novo mobiliário.

(4) É revogada a Portaria n.º 18 714, de 6 de Setembro de 1951, na parte respeitante aos Serviços do Notariado.

(5) Os vencimentos dos notários e seu pessoal, actualmente em exercício, bem como daqueles que ficarem a aguardar vaga nos termos do n.º 3.º do artigo 113.º do referido decreto, serão os previstos no Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a alteração determinada pelo Decreto n.º 42 325.

(6) O disposto acima e as medidas de carácter financeiro, são temporários e sujeitos a revisão sem aviso prévio.

(7) Esta portaria entrará imediatamente em vigor.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 29 de Janeiro de 1963.

Portaria

DF-383-FYP-62/2709

No uso das faculdades conferidas pelo n.º 2 do artigo 3.º de «The Goa, Daman and Diu (Laws) Regulation 1962», o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio, designa o dia 15 de Abril de 1963, como sendo a data em que as disposições do «Indian Electricity Act 1910», entrarão em vigor em todo o território da União, de Goa, Damão e Dio.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 31 de Janeiro de 1963.

Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelos n.ºs 2 e 3 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

(1) A contribuição industrial pagável no ano de 1963, pela actividade de importação e exportação a que se refere a verba 82/87 da Tabela Geral das Indústrias anexa ao Diploma Legislativo n.º 1770, de 15 de Março de 1958, será lançada trimestralmente sobre o valor real de importação e exportação do referido ano, segundo os verbetes enviados pelas Alfândegas para a Repartição de Fazenda do conceito da residência do importador ou exportador.

(2) The Fazenda Branches of the Districts shall make assessment of the industrial tax in relation to the activity referred to in the above section on the basis of the actual value of the import and export made by each tax-payer during the calendar years 1959 to 1962 and compare the tax so assessed with the tax paid by the respective tax-payers for the said years, levying and collecting the additional industrial tax corresponding to the difference between the amount of the tax assessed on the aforesaid basis and the amount of the tax paid, when the former exceeds the later. If the amount assessed is less than the amount paid, the difference shall be refunded to the respective tax-payers, according to the rules in force.

(3) The Government may extend the time-limit for the payment of any tax.

THE LIEUTENANT GOVERNOR
T. Sivasankar

Panjim, 31st January, 1963.

ORDER

GAID/74/62/2789

In exercise of the powers conferred by the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order and notwithstanding anything to the contrary contained in any other law for the time being in force in this Territory, I hereby order as follows:

1. Article 659 of the «Reforma Administrativa Ultramarina» is repealed with effect from the date of the publication of this order.

2. The parties to any proceedings in the «Tribunal Administrativo» shall be notified about the final decisions given by the «Tribunal Administrativo» in proceedings, under the provisions of the article 711 of the said «Reforma Administrativa Ultramarina» in the manner provided by article 255 and other articles of the (Portuguese) Civil Procedure Code which regulate such matters.

3. This order shall apply to all proceedings pending before the said Tribunal and shall come into force immediately.

THE LIEUTENANT GOVERNOR
T. Sivasankar

Panjim, 7th February, 1963.

ORDER

Whereas in case of pressing need of medical assistance to prisoners of Reis-Magos Civil Jail, its staff have to run long distance therefrom to call the medical officer of assistant Health Centre at Nerul;

Therefore, in exercise of the powers conferred by the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order 1962, I hereby order that the Assistant Health Centre of Nerul is transferred to Reis-Magos with effect from 1st March 1963.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

B. K. Sanyal
Chief Secretary

Panjim, 1st January, 1963.

(2) As Repartições de Fazenda concelhias calcularão a contribuição industrial referente a actividade referida no número anterior com base no valor real da importação e exportação feita por cada contribuinte nos anos de 1959 a 1962 e compararão a contribuição calculada com a contribuição paga pelos respectivos contribuintes para os referidos anos, lançando e cobrando a contribuição industrial adicional correspondente a diferença entre a importância de contribuição calculada na base acima indicada e a importância da contribuição paga, quando aquela exceda esta. Se a importância calculada for inferior a importância paga, a diferença será restituída aos respectivos contribuintes conforme as normas regulamentares em vigor.

(3) O Governo poderá prorrogar o prazo para pagamento de qualquer imposto ou contribuição.

O GOVERNADOR-TENENTE
T. Sivasankar

Pangim, 31 de Janeiro de 1963.

Portaria

GAID/74/62/2789

No uso das faculdades conferidas por «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

1.º Fica revogado, a partir da data da publicação desta portaria, o artigo 659.º da Reforma Administrativa Ultramarina.

2.º A decisão proferida pelo Tribunal Administrativo em qualquer processo, será comunicada às partes envolvidas no mesmo, ao abrigo do disposto no artigo 711.º da referida Reforma Administrativa Ultramarina, e por forma estabelecida pelo artigo 255.º e outros artigos do Código de Processo Civil Português, por que tal matéria é regulada.

3.º Esta portaria aplicar-se-á a todos os processos pendentes no referido Tribunal e entrará imediatamente em vigor.

O GOVERNADOR-TENENTE
T. Sivasankar

Pangim, 7 de Fevereiro de 1963.

Portaria

Atendendo a que nos casos de necessidade urgente de assistência médica aos presos da cadeia civil de Reis-Magos, o seu pessoal fica obrigado a percorrer uma grande distância para chamar o médico da subdelegacia de saúde de Nerul;

Usando das faculdades conferidas por «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», determino a transferência da subdelegacia de saúde de Nerul para Reis-Magos, com efeito a partir de 1 de Março de 1963.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

B. K. Sanyal
Secretário-Chefe

Pangim, 1 de Janeiro de 1963.